A PRIVATIZAÇÃO DOS CONFLITOS NA ÁFRICA: O CASO DE ANGOLA*

Marco Antonio LIBERATTI**

RESUMO: O autor constata o crescimento da ação dos mercenários em face da reticência, por parte das grandes potências, em envolver-se individual ou coletivamente em regiões arriscadas. Um dos casos mais dramáticos da atuação de interesses e grupos privados na África é o conflito em Angola. Cabe destacar, no contexto deste artigo, de que forma essa privatização dos conflitos está presente no caso angolano e de que maneira ela afeta a evolução da guerra civil no país.

Palavras-chave: África; Angola; Guerra-civil; Mercenários

Em um interessante artigo publicado recentemente em periódico do Exército norte-americano, Thomas Adams¹ procura ponderar sobre a atuação de mercenários em conflitos localizados no mundo contemporâneo e os diferencia de acordo com características bem definidas de organização e emprego. O autor

(*) Este artigo é uma adaptação do quinto capítulo da minha dissertação de mestrado, *A Guerra Civil em Angola: Dimensões Históricas e Contemporâneas*, defendida em janeiro de 2000 na Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, FFLCH/USP, sob orientação do Prof. Dr. Braz de Araújo, a quem devo minha maior gratidão. Meus agradecimentos também vão para o Prof. Dr. Carlos Moreira Henriques Serrano, pelos seus valiosos comentários.

(**) Mestre em Ciência Política, pesquisador do NAIPPE/USP e professor das Faculdades Tancredo Neves.

(1) Cf. ADAMS, Thomas K. *The new mercenaries and the privatization of conflict*, Parameters, Summer 1999, via Internet, <http://carlisle-www.army.mil/usawc/Parameters/parahome.htm>. Os números das páginas citadas não correspondem à numeração original.

constata o crescimento da ação dos mercenários em face da reticência, por parte das grandes potências, em envolver-se individual ou coletivamente em regiões arriscadas.

Tem sido notória a participação de mercenários em conflitos em Angola, RDC (ex-Zaire), Ruanda, Tajiquistão, Armênia, Arzeibaijão, Afeganistão e ex-lugoslávia, entre outros. Isso tem despertado preocupações em um mundo que consolidou-se na idéia de que os estados possuem o monopólio legítimo do uso da força – o que inclui o direito de criar e empregar as forças militares. Entretanto, como os mercenários são freqüentemente empregados em conflitos intra-estatais, nos quais muitos líderes apelam para os seus serviços, pouco tem sido feito para coibir tais atividades.

Em um contexto de fortes inibições ao uso da força no cenário internacional, a busca de mercenários torna-se mais atraente para os estados fracos envolvidos em conflitos regionais ou civis. Durante os anos noventa, o número de corporações chamadas de “firmas internacionais de segurança” ou “companhias militares privadas” emergiram para suprir essa demanda.

Um estudo realizado em 1997 pelo Center for Defense Information confirma a tendência apontada por Adams e mostra como as organizações mercenárias estão distribuídas no mundo. Apenas a África do Sul, segundo o estudo, contava com mais de nove firmas como a Executive Outcomes, Combat Force, Honey Badger Arms and Amunition, Shield Security, Kas Enterprises e Longreach Security. Há ainda diversas outras firmas com sede em Hong Kong, Grã-Bretanha e Estados Unidos.

De acordo com Adams, os mercenários contemporâneos poderiam ser divididos essencialmente em três tipos. O primeiro deles seria o *tradicional*, e envolve grupos e indivíduos com habilidades específicas necessárias para seu emprego em conflitos, tais como engenheiros militares, aviadores de combate, artilheiros, entre outros. Ex-aviadores russos trabalhando para os governos do Congo e da Etiópia se incluem nesse tipo de mercenário. Formas mais sofisticadas de organização, pertencentes a esta categoria de mercenários, têm se destacado mais recentemente. A empresa russa Sukhoi, que forneceu caças-bombardeiro SU-27 para a Etiópia, em guerra contra a Eritreia, também forneceu pilotos, mecânicos e pessoal de apoio russo para o país africano como parte do contrato para a aquisição dos aviões – uma pequena, porém completa força aérea².

O segundo tipo é resultado de um fenômeno do final do século XX e envolve grandes companhias comerciais que fornecem serviços típicos de um Estado-maior em um exército nacional dos mais desenvolvidos: aconselhamento

(2) Ibid., p. 3.

tático, operacional e estratégico de alta qualidade para a estruturação, treinamento, aquisição de material e emprego das forças armadas. Tais companhias são compostas quase que exclusivamente de oficiais de alta patente da reserva e pelo menos alguns generais, também da reserva. Estas organizações atuam para auxiliar exércitos da era industrial em transição para o perfil do próximo século através da incorporação de técnicas para a condução da guerra na era da informação. A empresa *Military Professional Resources Incorporated* (MPRI), com sede em Alexandria, Virgínia, nos Estados Unidos, é um exemplo deste tipo. A organização tornou-se famosa durante a guerra da Bósnia, com seu grande projeto na Croácia. A partir de setembro de 1994, com o consentimento explícito do Departamento de Estado dos EUA, a firma modernizou e treinou o comando do Exército croata que, famoso por sua inépcia, seria capaz, no ano seguinte, de implementar a *Operação Tempestade*, uma ofensiva bem-sucedida na região de Krajina. Em menos de um mês, foram capazes de expulsar as forças apoiadas pelas tropas sérvias e 150 mil sérvios croatas civis. A região, há muito tempo sob domínio dos sérvios, voltava ao controle de Zagreb. O êxito da ação foi seguido pela renovação do contrato por mais treze meses com a Bósnia³.

O terceiro tipo de organização mercenária fornece serviços altamente especializados compatíveis com aplicações militares. Não se trata de grupos militares ou paramilitares em sua organização e método, mas possuem habilidades em aplicações de uso dual – tanto civil quanto militar. Costumam ser entidades menores e atuam em funções como interceptação de sinais, ataques a computadores remotos, criptografia ou vigilância técnica. A empresa AirScan, com base em Titusville, Flórida, é um exemplo deste tipo. Em Angola, a AirScan atua através de aviões equipados com infravermelho e outros sensores para fornecer vigilância aérea na periferia dos campos de petróleo do governo⁴.

Haveria um certa *funcionalidade* no crescimento desses grupos em um contexto no qual aumenta, por um lado, a reticência das potências em intervir em conflitos arriscados e evidencia-se, por outro, a demanda por parte de estados fracos que encontram no uso de mercenários a forma mais viável de obter assistência militar externa?

A questão é complexa porque tais mudanças podem afetar seriamente as operações de paz das Nações Unidas, vulneráveis à falta de disposição dos estados-membros em colaborar com esforços humanitários. Trata-se, portanto, de um problema cujas conseqüências, ainda que pouco delineadas, podem vir a representar sério risco não apenas para a já precária estabilidade do continente

(3) Ibid., p. 5.

(4) Ibid.

africano como também para a própria credibilidade da ONU. E não apenas dela, mas de relevantes instrumentos de política externa voltados para a paz, pois tal fenômeno de privatização parece apresentar-se como a própria negação da política e da diplomacia. As reduzem às negociatas nos bastidores do poder.

De qualquer forma, ainda está para ser melhor examinado em que medida esta nova forma de intervenção nos conflitos pode configurar-se, além de instrumento de poder para as partes beligerantes, também como elemento de reordenamento dos mecanismos de resolução de conflitos tradicionalmente aceitos diante das novas e complexas realidades do mundo pós-Guerra Fria. O certo é que as forças que promovem essa *privatização* estão *soltas*, entregues ao jogo dos interesses. Se as formas tradicionais de resolução de conflitos, como as que ocorrem no âmbito de atuação da ONU, irão ou não sobreviver é uma questão que requer uma observação mais atenta do cenário internacional contemporâneo.

Em 1995, as Nações Unidas esforçavam-se para separar elementos armados entre os refugiados na fronteira entre Ruanda e Zaire, região para qual nenhum Estado-membro quis enviar tropas. Uma das possibilidades examinadas foi a de contar com outros elementos, não necessariamente aqueles provenientes de tropas dos estados-membros, que pudessem providenciar segurança aos funcionários do Alto Comissariado para Refugiados das Nações Unidas. Foi a empresa Sandline International que ajudou a restaurar o poder ao presidente eleito de Serra Leoa um ano após ter sido derrubado por um golpe militar. Após o esgotamento de todas as vias diplomáticas para derrubar os generais amotinados, o Conselho de Segurança da ONU impôs um embargo de armas e, finalmente, a Sandline, sob o título de “firma privada de segurança” para a proteção de interesses da mineração e da construção foi chamada pelo Alto Comissariado Britânico em Serra Leoa para treinar e equipar uma força local capaz de remover os generais. O Departamento de Estado dos EUA manteve-se a par da situação e sabe-se que foi dado ao menos um apoio tácito à atuação do grupo privado. Estima-se que a firma tenha recebido US\$ 10 milhões por sua parte na ação, incluindo os custos das armas e da munição⁵.

No entanto, há uma outra questão básica que emerge em face da atuação cada vez mais livre de grupos privados em operações militares, que diz respeito à idéia de *accountability*. Os governos prestam – ou deveriam prestar – contas aos seus povos e às suas legislaturas, mas o mesmo não ocorre com as corporações privadas. Tem havido pouco sucesso em criar uma legislação internacional para prevenir a existência de mercenários e grande parte dessa dificuldade decorre

(5) Ibid., p. 7.

do fato de que nenhuma grande potência tem tomado medidas efetivas para obter leis e tratados contra o uso de mercenários. Na verdade, muitos desses grupos não apreciam o termo “mercenário” e reduzem suas atividades ao universo do *business*, pois consideram-se profissionais da segurança, não mercenários.

Do ponto de vista do Estado-nação, no entanto, corporações militares apresentam risco pelo fato de que podem gerar poder militar que não reside no próprio Estado. Parte do problema ocorre, assim, em função das diferenças entre indivíduos e grupos que podem ser classificados como “mercenários”, que vão desde firmas como a MPRI – que opera com o aval do Departamento de Estado – até grupos menores empregados por terroristas, particularmente na Ásia Central, ou forças insurgentes como a UNITA em prol de objetivos pouco aceitáveis para a comunidade internacional. Há, enfim, uma *privatização* da guerra que precisa ser controlada.

Talvez a condição para a efetivação de leis, de normas adequadas para o controle ou a proibição dessas atividades privadas com fins militares só surjam quando as grandes potências se sentirem verdadeiramente ameaçadas pelo poder desses grupos. Enquanto isso, sua atuação é visível e alimenta a continuidade dos conflitos, principalmente no continente africano, palco de diversos regimes de legitimidade questionável e de interesses econômicos de grandes mineradoras e traficantes de armas.

Um dos casos mais dramáticos da atuação de interesses e grupos privados na África é o conflito em Angola. País riquíssimo em sua cultura e recursos minerais, e de grande importância para a própria formação da identidade brasileira, sofre com a destruição duradoura de uma guerra trágica e de difícil solução. O conflito pode ser examinado de diversas perspectivas, pois sua complexidade – como na maioria dos conflitos na África – envolve aspectos históricos, étnicos, geográficos, políticos e econômicos. Cabe destacar, no contexto deste artigo, de que forma essa privatização dos conflitos está presente no caso angolano e de que maneira ela afeta a evolução da guerra civil no país.

A PRIVATIZAÇÃO DO CONFLITO EM ANGOLA

A guerra em Angola, que já dura décadas, permanece em um impasse. Sua origem e evolução estão intimamente ligadas com o passado colonial do país, com a dinâmica da Guerra Fria e com as suas riquezas minerais – as quais tornaram-se mais evidentes após o fim do confronto leste-oeste. Além da necessidade de recorrer à violência contra a opressão colonial, os três principais movimentos de libertação, o MPLA (Movimento para a Libertação de Angola), FNLA (Frente Nacional para a Libertação de Angola) e UNITA (União para a Independência Total

de Angola) também rivalizavam entre si na disputa interna pelo poder. Tais rivalidades eram um reflexo das clivagens sociais, étnicas, raciais e regionais em Angola, fortalecidas, em parte, pelo regime colonial.

Um outro fator determinante para a posterior evolução do conflito foi a intervenção externa. O conflito em Angola, principalmente a partir de 1975, tornou-se um caso clássico da Guerra Fria: cada movimento de libertação procurou apoios externos, o que adicionou ao conflito grande potencial letal para os padrões africanos (armas sofisticadas) e aspectos ideológicos – embora a ideologia tenha servido mais como um pretexto para viabilizar a ajuda externa do que uma *crença* efetivamente sustentada pelos beligerantes.

A adesão da URSS ao MPLA contrapunha-se ao apoio dos Estados Unidos – e eventualmente, da China, à FNLA e, posteriormente, à UNITA. Cuba e África do Sul também participaram do conflito, cada um com seus próprios interesses e não como meros coadjuvantes de Moscou e Washington, respectivamente. Cuba buscava prestígio e representatividade como líder do Terceiro Mundo e a África do Sul tencionava, primariamente, estabelecer um *cordão sanitário* em torno de sua fronteira para isolar-se das influências inspiradas pelos movimentos de natureza marxista. Outros vizinhos da região, entre eles o Zaire, tornaram ainda mais complexa as interações entre interesses e atores diversos no âmbito regional.

Após o declínio do FNLA na década de setenta e a declaração de independência em Luanda pelo MPLA, o conflito em Angola voltou a intensificar-se nos anos oitenta, com a presença de tropas cubanas e sul-africanas no conflito entre o MPLA e a UNITA, que permanecera como movimento insurgente.

Com o fim da Guerra Fria, ganham importância os esforços para o início de um processo de paz. O Acordo de Bicesse, em março de 1991, foi um passo importante ao estabelecer um cronograma de desmobilização das forças do governo e da UNITA e fixar uma data para a realização de eleições multipartidárias. Entretanto, tais esforços fracassaram. Nas eleições gerais em setembro de 1992, monitoradas pela ONU e aceitas como transparentes por ela, Jonas Savimbi não aceitou a vitória do presidente José Eduardo dos Santos. Os conflitos voltaram com grande intensidade.

O Protocolo de Lusaka, de 1994, marcou um novo esforço da comunidade internacional em dar continuidade ao processo de paz. Elaborado com o objetivo de restabelecer uma série de condições necessárias para o desarmamento e a confiança mútua, o acordo encontrou, porém, inúmeras dificuldades. Jonas Savimbi permanece como líder de um movimento que ainda é capaz de movimentar grandes quantias de dinheiro e armas com os recursos provenientes da extração de diamantes nas áreas que mantêm sob seu domínio.

A atuação de grupos mercenários e traficantes de armas em conluio com os beligerantes angolanos foi notória ao longo dos anos noventa. Conflito e riqueza aliam-se na África em uma espécie de mutualismo atroz, onde não se sabe ao certo até que ponto a última alimenta a primeira ou vice-versa. A violência em Angola, embora não unicamente fruto de interesses materiais, continuará a ganhar força enquanto houver abrigo e oportunidade para eles. Sua atuação em Angola já é conhecida e os exemplos são diversos.

Um deles é a firma sul-africana Executive Outcomes, que tornou-se o maior exército privado em defesa de corporações e regimes na África. Muitos dos seus recrutas são ex-membros do 32º Batalhão do Exército Sul-africano, conhecido como Batalhão Búfalo. Especialistas em desestabilização regional durante o *apartheid*, empregam suas habilidades muitas vezes contra antigos aliados, tendo sido Angola um dos casos mais evidentes da sua atuação⁶.

A Executive Outcomes é um exemplo do primeiro tipo de mercenário proposto por Adams. Fundada em 1989 por veteranos das Forças de Defesa Sul-africanas (SADF), foi registrada na Grã-Bretanha em 1993, ano em que estava atuando por contrato ao lado da UNITA. Ainda no mesmo ano, em fevereiro, o governo empregou cem elementos da mesma firma para proteger as instalações privadas de petróleo na cidade de Soyo, próxima à fronteira com o Zaire. Portanto, havia naquela época a situação aparentemente absurda de empregados da mesma firma atuando em forças inimigas. Em abril, o grupo deixou de trabalhar para a UNITA e expandiu suas atividades em Angola ao longo dos anos seguintes, atuando sob contratos com o governo que chegaram a atingir US\$ 40 milhões por ano⁷.

Sabe-se ainda que membros da Executive Outcomes treinaram soldados das forças governamentais de Angola até 1998. A partir de 1 de janeiro de 1999, no entanto, houve a expectativa de que a firma seria vítima de uma lei aprovada na África do Sul e em vigor a partir daquela data, banindo as atividades mercenárias desempenhadas por sul-africanos. Entretanto, as agências da firma em Pretória permaneceram abertas e seus empregados em Serra Leoa começaram a trabalhar para uma firma com o nome de Lifeguard. Em Angola, ex-membros da Executive Outcomes atuam individualmente para o governo e para os insurgentes. Com a saída da Executive Outcomes de Angola, crescente número de militares da reserva dos EUA tem sido empregado para cuidar das instalações petrolíferas norte-americanas no enclave de Cabinda, pertencentes, na maior parte, à companhia Chevron. Trabalham para a AirScan⁸.

(6) ABC Radio, National Transcripts, *Diamond mercenaries of Africa*, August 4, 1996.

(7) HRW, op. cit., p. 30.

(8) Ibid., p. 4.

O comércio de diamantes também tem presença notória na guerra em Angola. Os diamantes mais preciosos do mundo provêm das minas aluviais da África, das quais a metade das existentes em Angola encontra-se nas áreas controladas pela UNITA. Um relatório de forte impacto publicado pela organização não-governamental Global Witness⁹, em dezembro de 1998, mostra que, desde 1992, a UNITA tem controlado entre 60 a 70 por cento da produção de diamantes em Angola, o que gerou um total de US\$ 3,7 bilhões de dólares em divisas. Os diamantes da UNITA chegam aos principais mercados internacionais através de uma indústria global de diamantes que opera com pouca transparência diante da comunidade internacional.

A companhia De Beers, que tem atuado o mercado internacional por mais de sessenta anos, controla cerca de oitenta por cento dele e tem sido acusada de ser uma das principais envolvidas na compra das gemas de diamante obtidas em território rebelde. Como aponta o relatório, para os angolanos que sofrem com a violência que matou mais de 300 mil pessoas entre 1992 e 1995, o comércio internacional de diamantes pode parecer uma abstração, mas o lucro que a UNITA foi capaz de obter com ele e seus impactos diretos e indiretos na guerra são significativos.

Na tabela a seguir, constam as estimativas dos lucros obtidos pela UNITA de 1992 a 1998. Não obstante a difícil precisão desses dados, os valores podem dar uma idéia da dimensão do problema:

Ano	Valor (em milhões)
1998	US\$ 200
1997	US\$ 700
1996	US\$ 700
1995	US\$ 320
1994	US\$ 600
1993	US\$ 600
1992	US\$ 600

Fonte: **Global Witness**, op. cit., p. 8.

Os diamantes ilegais podem chegar às joalherias ou através da compra direta no local por uma companhia de comércio ou através de vendas para inter-

(9) Cf. GLOBAL WITNESS. *A rough trade: The Role of Companies and Governments in the Angolan Conflict*, London: Global Witness, December 1998.

mediários que comerciam nos principais centros de transação. Tanto em um caso como no outro, afirma-se que a origem dessas pedras é facilmente obscurecida pela mistura delas com outras procedentes de diferentes minas quando então são vendidas, em partes, para os atacadistas, que por sua vez, as lapidam para os joalheiros e o varejo¹⁰. Esta tem sido a justificativa da De Beers em face das acusações que têm recebido.

Entretanto, tal afirmação tem sido contestada em função da qualidade do diamante angolano, o que dificultaria sua mistura com pedras de outro país com o fim de evitar sua identificação. Conforme observa o relatório da Global Witness, "*a produção de diamantes na RDC [ex-Zaire] é predominantemente de menor qualidade (...) tanto a forma quanto a cor são diferentes da maior parte da produção angolana. É difícil compreender como as agências de companhias internacionais que operavam na RDC até 1997 poderiam confundir-se com tais pedras continuamente*". Ainda segundo relatório, alguns especialistas no ramo admitiram ser possível diferenciar o diamante angolano dos demais¹¹.

Em junho de 1998, as Nações Unidas aplicaram sanções à UNITA em resposta a seu fracasso em aderir às resoluções do CSONU, que solicitavam repetidas vezes o seu desarmamento. Entre as medidas adotadas estava a insistência da ONU de que ninguém deveria comprar os diamantes angolanos a menos que estes tivessem um certificado de origem cedido pelo governo do país.

Recentemente, a De Beers tem se oferecido para contribuir com os esforços do governo angolano e da equipe de Fowler. As medidas estão em discussão para encorajar os países exportadores e importadores de diamantes para que acompanhem a trajetória do produto nas rotas comerciais. Outra sugestão é a de que Israel e Bélgica devem exigir de seus importadores os certificados de origem, e não apenas os certificados de exportação, tal como é no presente¹². As preocupações de Fowler também são compartilhadas pelo governo britânico, embora a resolução do conflito angolano seja um sério teste para Londres, um dos pontos centrais do comércio internacional de diamantes. Os impostos resultantes do comércio da De Beers representam uma fonte significativa de rendimentos para o governo britânico¹³.

Entretanto, as novas regras emitidas pela ONU não fizeram muita diferença, pois distribuidores internacionais continuavam a receber diamantes provenientes de Angola com certificados de outros países. Em busca de um novo esfor-

(10) Diamonds are guerrilla's best friend, *The Observer*, June 15, 1999.

(11) *Ibid.*, p. 11.

(12) *Ibid.*

(13) *The Observer*, op. cit.

ço, as Nações Unidas enviaram o diplomata canadense Robert Fowler, em maio de 1999, a um *tour* pela África Central para a elaboração de um relatório para o CSONU. Confirmou-se a constatação de que, após a derrubada de Mobutu, o Zâmbia tornou-se a principal rota para a saída dos diamantes ilegais em Angola. Investigações recentes mostram que a obtenção, a lavagem e a exportação de diamantes angolanos ainda são relativamente simples de ser realizadas no Zâmbia, onde funcionários governamentais são freqüentemente acusados de corrupção¹⁴. Suspeita-se ainda de rotas alternativas como Togo, Costa do Marfim, Uganda e Ruanda¹⁵. Os diamantes, através de uma série de intermediários, chegam aos mercados da Antuérpia, na Bélgica, e de Tel Aviv, em Israel¹⁶.

A eficácia das sanções é uma questão ainda muito complexa porque, tal como ocorre com o tráfico de drogas, o contrabando de diamantes possui mobilidade e flexibilidade suficientes para alterar suas rotas e burlar as sanções impostas pelas Nações Unidas. Ainda segundo o relatório citado anteriormente, “*a extensão da administração estatal em 1998, embora nominal em alguns casos, resultou em um decréscimo nas exportações de diamantes da UNITA naquele ano, mas o impacto total do embargo tem sido mínimo e resultou em alterações na logística da exportação ao invés de alterações maiores no volume [exportado]. Os comerciantes tem simplesmente alterado as rotas e obtido registros falsificados dos países coniventes. Parece que as rotas terrestres (...) têm sido mais afetadas pelo embargo que as principais exportações, que envolvem o uso de pequenos aviões de países vizinhos e suas pistas de pouso, e que continuam a voar para as áreas da UNITA*”¹⁷.

A mesma dificuldade é evidente na repressão ao tráfico de armas e mercenários. Havia indícios, em 1996, de que a UNITA teria recrutado mercenários e adquirido aviões de transporte da África do Sul. Especialistas da Bélgica, Israel, Marrocos, França, Alemanha e Zimbábue estariam treinando as forças da UNITA no norte de Angola, próximo à fronteira com o então Zaire¹⁸. Artigos mais recentes têm confirmado o crescente envolvimento com a UNITA de setores do leste europeu que lidam com o *bazar de armas* da ex-URSS, presentes na Ucrânia e na Bulgária¹⁹.

Em apreensões realizadas pelo governo angolano, foi constatada a existência de várias armas, como mísseis antiaéreos Zu-23, foguetes russos Sam-16s

(14) Ibid., p. 23.

(15) MISSER, François. How UNITA beats UN Gems Embargo. *Africa Business*, May 1999.

(16) Rocks that kill, *The Economist*, May 29th, 1999, p. 42.

(17) GLOBAL WITNESS, op. cit., p. 22.

(18) Mercenaries fuel next round in Angolan civil war. *Jane's International Defense Review*, March 1996, p. 63-64.

(19) Eastern Europe aid bolsters UNITA. *Daily Mail & Guardian*, January 15, 1999.

e carros blindados T-62 e T-64. Richard Cornwell, do Instituto de Estudos de Segurança, em Pretória, vai ainda mais longe e afirma que a UNITA recebeu recentemente seis caças MiG-23, seis helicópteros de combate MI-25 e cinquenta carros blindados. Pilotos e técnicos do leste europeu completam o *kit* militar²⁰. Segundo Cornwell, os armamentos teriam vindo principalmente de fornecedores ucranianos. Além disso, os rebeldes teriam obtido da Coreia do Norte mísseis terra-terra de fabricação russa e três mísseis terra-ar Fox 7²¹.

A manutenção de elevados níveis de letalidade no conflito angolano, bem como a persistência do comércio clandestino de armas e diamantes, revela a dificuldade para se institucionalizar efetivamente mecanismos viáveis de repressão a essas atividades. É também na década de noventa que se observa o fracasso de diversas tentativas de impor sanções às atividades da UNITA em Angola. O Conselho de Segurança da ONU (CSONU), que vem aplicando sanções ao movimento rebelde desde 1993, procurou fortalecer a aplicação das mesmas após reiteradas violações. Além de armas, equipamentos e combustíveis, sanções adicionais tiveram como alvo, a partir de 1997, as contas bancárias da UNITA em outros países, a proibição de viagens ao exterior de membros de seu alto escalão e o fechamento de agências internacionais da UNITA. E foi somente em junho de 1998 que o CSONU procurou impor sanções proibindo a compra de diamantes da UNITA e das áreas controladas por ela.

É claro que à esta altura torna-se mais evidente que as atividades da MPRI na Bósnia, por exemplo, e os atores envolvidos nas violações das sanções impostas pelo CSONU à UNITA não são, necessariamente, igualmente ameaçadores para segurança internacional. *O perigo, no entanto, é em que medida ambos os tipos de ação privada podem passar a sê-lo.* A idéia da privatização do conflito é essencialmente esta: a guerra, antes inserida no contexto da Guerra Fria, perdeu seu tradicional sistema de clientelismo desenvolvido sob o prisma de ideologias e interesses cujo principal protagonista era o Estado-nação. As principais fontes de financiamento de muitas guerras passaram a ser as riquezas minerais e o tráfico drogas e armas, em função das quais atuam interesses de grupos privados

(20) Segundo o jornal sul-africano *The Mail & Guardian*, os MiGs estavam sendo mantidos por técnicos brancos e seriam pilotados por aviadores brancos, possivelmente ucranianos. Segundo relato do jornal, a compra de um MiG é um negócio relativamente barato – são até mesmo postos à venda na Internet. A parte mais cara fica por conta da manutenção do aparelho. Tornava-se claro, por outro lado, que a UNITA estava movendo-se para uma fase de guerra convencional. (UNITA's six new MiGs shift balance of power, *Daily Mail & Guardian*, April 1, 1999).

(21) HRW. *Angola Unravels*, September 1999. Cabe ressaltar também que parte ponderável do arsenal da UNITA provém da captura de armamentos das forças governamentais.

de diversas procedências e perfis, aos quais podem-se aliar, eventualmente, não apenas os interesses dos estados, mas também os da criminalidade internacional. Se o componente *privado* sempre existiu na história das guerras, é este o que mais cresce na atualidade.

CATÁSTROFE HUMANITÁRIA

Desde dezembro de 1998, Angola vem sofrendo com uma guerra devastadora que está resultando em uma verdadeira catástrofe humanitária no país. Cerca de dois milhões de angolanos já haviam deixado suas casas em setembro de 1999 e sofrem com a ausência de alimentos e medicamentos. Segundo estimativas da ONU, duzentas pessoas estão morrendo todos os dias como resultado da fome e de doenças trazidas pela guerra²².

Malanje, cidade considerada pelo governo como “área de desastre humanitário” é o típico exemplo do drama angolano, onde agências humanitárias esforçam-se para que sua ajuda chegue ainda que sob constante fogo dos rebeldes. Segundo o bispo de Malanje, Luis Maria de Onraita, estoques locais de alimentos estão no fim. As pessoas não podem sair para os campos em busca de alimento. A organização Médicos sem Fronteiras estima que metade das crianças de Malanje, cerca de 100 mil, esteja desnutrida, com um quarto delas em condições críticas. Estima-se que três milhões de angolanos, muitos deles vivendo em áreas sob controle da UNITA, permaneçam inacessíveis às agências humanitárias. Milhares deles, no entanto, continuam deslocando-se para as áreas controladas pelo governo²³.

Em maio de 1999, em ofensivas que surpreendiam o governo, a UNITA chegou a estar a apenas cem quilômetros da capital, Luanda. Um general das Forças Armadas Angolanas reconhecia que a situação militar no país era favorável à UNITA e que as forças governamentais estavam na defensiva. Segundo as estimativas do militar angolano, a UNITA possuía uma força em torno de 60 mil homens armados cuja maioria estaria empregada na área do planalto central próximas de Huambo e Cuito, cidades governamentais sob forte cerco dos insurgentes. Ainda segundo o general, na província do Zaire, área petrolífera no noroeste do país, a UNITA poderia contar com mais 12 mil homens. Seu crescente poder de fogo poderia pôr em risco as instalações petrolíferas do governo, em locais como a cidade de Soyo, no norte do país²⁴.

(22) APM, nº. 12, Vol. 5, 3rd September 1999.

(23) Ibid.

(24) Angola government gives bleak military analysis. *Daily Mail & Guardian*, May 11, 1999.

Alguns observadores apontam para a intenção de Savimbi de criar um território na região central de Angola, o que foi confirmado em entrevista ao jornal português *Público*²⁵ por Isaias Samakuva, ex-representante da UNITA na Comissão Conjunta encarregada de concretizar o Protocolo de Lusaka. Trata-se do que ele denomina de uma "extensa área de segurança"²⁶.

Entretanto, o cinismo do dirigente da UNITA chega a impressionar. Convencido de que não há solução militar para o conflito, responsabiliza o governo pela catástrofe humanitária: "*a direção da UNITA tem envidado esforços no sentido de contactar (sic) organizações humanitárias para que ajudem a sensibilizar as populações a regressar às suas áreas de origem. Consideramos que deixaram suas lavras, esta é a altura das colheitas e elas estão concentradas nas cidades, onde a assistência humanitária tem sido muito reduzida, enquanto as culturas estão a estragar-se em outras aldeias. A concentração das populações nas cidades apenas serve de motivo a que haja uma certa solidariedade da comunidade internacional em relação ao governo, que as utiliza para fins propagandísticos. Muitas dessas populações foram forçadas e gostariam de regressar a suas áreas.*"

O problema, apesar de dramático, é simples de compreender. O deslocamento maciço de populações do interior para as cidades como resultado da carnificina e da fome no interior do país, causa o aumento da demanda por alimentos, medicamentos e outros serviços, sobrecarregando um estado precário. O aumento da insatisfação popular nas áreas sob domínio governamental torna ainda mais crítica a situação do governo.

O pior aspecto da guerra é a intensificação, em níveis jamais presenciados, de uma cruel estratégia da UNITA: o esgarçamento das cidades, bloqueando seu acesso por via terrestre. Na melhor das hipóteses, pode-se chegar a elas por via aérea, o que torna o custo da ajuda humanitária – que ainda tem de enfrentar a artilharia rebelde – extremamente elevado.

(25) Entrevista com dirigente da UNITA Isaias Samakuva. *Público*, 14 de junho de 1999.

(26) Isto não significa, como alguns têm sustentado, que Angola pode ser vítima da secessão territorial para a criação de um outro estado. Com exceção de grupos como a FNLA no início de sua formação e, em parte, da Frente Nacional para a Libertação do Enclave de Cabinda, a FLEC, todos as lideranças nacionalistas ambicionaram a consolidação de seu domínio sob todo o território angolano. No caso da UNITA, além de ser uma estratégia para a constituição de uma base no centro do país que lhe possibilite penetrar mais eficazmente nas áreas sob controle do governo, sua "área de segurança" seria essencial para a constituição de uma base física com vista à manutenção do novo clientelismo: um lugar para consolidar atividades de extração de diamantes e outras riquezas naturais, com as quais poderia fornecer concessões a grupos privados dispostos a retribuir com dinheiro e armas.

No mês de agosto de 1999, a UNITA continuava lançando ataques a cidades pequenas e vilarejos em todo o território, resultando na morte de centenas de pessoas e no deslocamento de outras milhares. Se capturassem a localidade estratégica de Malanje, os rebeldes teriam à sua disposição o caminho para Luanda, à leste, e para a rica região dos Lundas, à oeste.

O final de setembro, entretanto, foi marcado por avanços do governo. Duas grandes vitórias até o início de novembro de 1999 foram a expulsão dos rebeldes de seus dois grandes baluartes, Andulo e Bailundo. As derrotas foram admitidas pela UNITA, em meio a acusações de "*rearmamento maciço do MPLA por russos em colaboração com Portugal e Brasil*", que teria contato ainda com "*o suprimento de mercenários de Israel, Rússia, Ucrânia, Portugal e Brasil e troca de informação militar com agências especializadas de alguns países da OTAN*". A UNITA acusou aviões do governo "pilotados por russos e brasileiros" de lançarem *napalm* e bombas químicas sobre o planalto central²⁷. Ainda em outra declaração anterior, os rebeldes haviam associado a forte reação de Luanda ao apoio por parte dos "regimes neocoloniais de Portugal e Brasil"²⁸.

A situação em Angola tornou-se muito complexa, pois evidencia-se, anos após frustradas tentativas de negociação, o esgotamento da via política. Buscasse, a todo custo, a via militar. Prevalece, em Luanda, a percepção de que as Forças Armadas devem atuar até o aniquilamento total da UNITA. Venceram os linha-duras de um governo até então relutante em investir todas as suas fichas na opção militar. Não obstante o reconhecimento de que tal objetivo pode demorar muito, não se admite, no governo, abrir mão da ofensiva.

(27) Cf. UNITA diz ter força, firmeza e determinação para resistir, CNN, 28 de outubro de 1999, via Internet, <http://www.cnnemportugues.com/mundo/africa/1999/10/29/angola/>. As acusações da UNITA, sempre bombásticas e tradicionalmente voltadas contra o Brasil, são difíceis de serem confirmadas. No entanto, não é descartável a hipótese de que mercenários russos tenham se envolvido com as operações do governo, tendo em vista a forte cooperação que se estabelece atualmente entre Luanda e Moscou. Com relação ao Brasil, o país tem contribuído com algum apoio militar. Segundo relatório mais recente da Human Rights Watch, quando o Presidente Fernando Henrique visitou Angola, em 1995, sua delegação estabeleceu um acordo para a entrega de armas envolvendo um lançador de foguetes múltiplos no valor de US\$ 2,5 milhões, fabricado pela Avibrás. O armamento teria sido entregue em janeiro de 1996. Na visita do presidente José Eduardo dos Santos ao Brasil, em agosto de 1998, o governo angolano comprou seis aviões de treinamento Tucano (EMB-312) a um custo total de US\$ 15 milhões. Em 1999, ainda segundo o relatório, o Brasil tem fornecido ajuda militar não-letal, como uniformes, kits de ração e veículos, como caminhões (cf. HRW, Angola Unravels, op. cit.).

(28) UNITA reconhece perda de fortalezas e acusa Portugal e Brasil, CNN, 22 de outubro de 1999, via Internet.

Infelizmente, é o povo angolano a maior vítima da guerra. A riqueza natural de Angola e a miséria de sua população, desprezada pelas elites do país, são faces da mesma moeda. Pouco se fala, pouco se noticia sobre Angola. Em Londres ou Nova York, modelos famosas, sob os holofotes da imprensa, desfilam com pedras de diamantes que não estão mais lá.

POST-SCRIPTUM

Recente relatório²⁹ do Conselho de Segurança das Nações Unidas (CSONU) sobre as violações das sanções pela UNITA, publicado em março de 2000, confirma algumas informações já apresentadas neste artigo, particularmente a importância de máfias provenientes da Ucrânia e da Bulgária, no fornecimento de armas para a UNITA.

Com relação aos diamantes, a contínua capacidade da UNITA em vendê-los ou trocá-los por *commodities*, objeto de acentuada investigação da equipe de especialistas do CSONU, apenas confirmou, com métodos rigorosos de coleta de informações, o que se suspeitava anteriormente. Três elementos principais contribuem para a contínua exploração ilícita dos diamantes pela UNITA: sua capacidade de extrair diamantes brutos; suas áreas protegidas, santuários nos quais pode estabelecer transações com contrabandistas; a possibilidade contínua de comerciar tais diamantes nos principais centros comerciais, particularmente no maior e mais importante mercado, a Antuérpia.

Em uma típica negociação para compra de armas, a UNITA prepara parcelas de diamantes (em valores em torno de 4 US\$ milhões e 5 US\$ milhões cada uma). Experts em diamantes fornecidos pelos traficantes de armas e pela UNITA concordam com o valor de cada parcela com base no número e na qualidade das pedras oferecidas. A UNITA busca especificamente negociadores de armas que aceitam diamantes como pagamento. Por outro lado, em uma típica negociação para a obtenção de dinheiro para a compra de alimentos e remédios, por exemplo, os diamantes são levados para um destino seguro fora de Angola e um encontro é arranjado com compradores interessados. Os diamantes são, então, trocados por dinheiro.

O local mais provável para a venda de diamantes da UNITA, segundo o relatório, tem sido cidade de Andulo, para onde muitas vezes os comerciantes tem se dirigido. Em outras ocasiões os diamantes são levados diretamente para Antuérpia, onde são avaliados e vendidos. Houve casos também de viagens de

(29) United Nations: Security Council. *Report of the Panel of Experts on Violations of Security Council Sanctions Against UNITA*. March 2000.

elementos da UNITA juntamente com comerciantes para Burkina Faso, Zaire (durante a era Mobutu) e Ruanda (após 1998), em função da proteção dada, à UNITA, pelas autoridades naqueles países. É notória a ênfase do relatório em Burquina Faso como um santuário para as transações entre elementos da UNITA e comerciantes provenientes de Antuérpia. A Namíbia também foi citada como via de escoamento do diamante ilegal da UNITA, país cujo governo, após alertado, prontificou-se a tomar medidas mais rígidas. As suspeitas sobre os demais países citados neste artigo, como é o caso do Zâmbia, também foram confirmadas.

Recentes esforços por parte do CSONU, dos governos e de organizações não-governamentais, juntamente com setores do comércio de diamantes, podem fortalecer as sanções contra a UNITA e dar maior transparência ao comércio internacional de diamantes. Embora persistam as violações, os rebeldes já não operam com a mesma facilidade encontrada no início da década. Entretanto, conforme alerta o próprio relatório, a efetiva realização deste esforço depende de sua contínua e forte sustentação por parte do Conselho de Segurança e da comunidade internacional.

ABSTRACT: The author verifies the growth of the action of the mercenaries in face of the reticence, on the part of the great potencies, in wrapping up individual or collectively in risky areas. One of the most dramatic cases of the performance of interests and private groups in Africa is the conflict in Angola. Its is necessary to highlight, in the context of this article, in which forms the privatization of the conflicts is present in the Angolan case and how it affects the evolution of the civil war in the country.

Keywords: Africa; Angola; Civil war; Mercenaries